

Aos Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas acompanhadas do Relatório dos auditores independentes da Brasil Insurance S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Conjuntura Econômica:** O ano de 2014 foi marcado pelo baixo crescimento econômico com a perda de força da demanda doméstica, que apresentou um consumo fraco e queda nos investimentos. A taxa Selic partiu de um patamar de 10,00% no início de 2014, chegando a 11,75% no final do ano e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) fechou o ano 2014 em 6,4%, acima do registrado em 2013 (5,9%), porém dentro das metas estabelecidas pelo Governo Brasileiro para o ano. Apesar do baixo crescimento da economia e do aumento da inflação, o nível de desemprego e a renda apresentaram uma melhora consistente em 2014, expandindo ao ano de 2013. O segmento de seguros continuou a apresentar um crescimento significativo, atingindo 11% em 2014, incluindo os segmentos de saúde, previdência e capitalização. A Companhia acredita que dada a baixa penetração da indústria de seguros na economia brasileira, aproximadamente 3,5% do PIB brasileiro, o ano de 2015 deve proporcionar a manutenção de uma taxa de crescimento superior ao total da economia. Espera-se um crescimento do PIB brasileiro, tendo apresentado sólido crescimento ao longo dos últimos 10 anos, consistentemente superior ao crescimento do PIB mundial, posicionando a Brasil Insurance para se beneficiar dos mais diversos vetores de crescimento do país. Todos estes fatores impulsionam a indústria de seguros. A Companhia acredita que a manutenção de uma plataforma para o crescimento orgânico, o crescimento orgânico, e a captura de sinergias de nossas 51 subsidiárias. Inicialmente, um programa de integração deste tamanho, gera algumas dificuldades e desafios, que precisam ser combatidos e superados. Nossa estratégia, no entanto, continua, mas com uma redução na escala, ao invés da estrutura original que foi criada no início do ano. O desenvolvimento e instalação do projeto de Evolução e Integração contínua, com benefícios tangíveis que agora começam a aparecer. O Conselho tomou a decisão de terminar o envolvimento da empresa de consultoria que nos ajudava e fez diversos apontamentos internos, para dar suporte ao programa e levar adiante. Essa atividade colocou uma pressão considerável nos nossos resultados deste ano e impactou nossos resultados de 2014. Acreditamos que a mudança que esperamos para o futuro não seria possível sem esse investimento, e nós acreditamos que isso nos ajudará nos resultados futuros. O processo, no entanto, não está completo, com a mediação e trabalho de alinhamento melhor os interesses de todos os nossos stakeholders. Nós estamos confiantes que, com dedicação e esforço duro, isso será alcançado. Nós acreditamos que o nosso novo Equilíbrio de Remuneração, ajudará a incentivar nossos Diretores Corretores (DCs) e Diretores de Novos Negócios (DNs) na retenção do negócio e crescimento da nossa linha de receita. Para compensar o desempenho fraco nas vendas da Brasil Insurance, o Conselho e a Administração trabalharam para aumentar a eficiência e reduzir os custos. **Desempenho econômico-financeiro:** Em 2014, a receita líquida da Brasil Insurance atingiu R\$ 226 milhões, uma queda de 12% se comparado ao ano de 2013. O Lucro Operacional de 2014 atingiu R\$ 15 milhões, representando uma redução de 85% quando comparado ao exercício social de 2013. A margem de lucro operacional em 2014 foi de 7%, contra 40% em 2013. O Lucro Líquido ajustado foi R\$ 11 milhões em 2014, representando uma redução de 90% em relação a 2013. Já o lucro líquido ajustado pelos custos de reestruturação e despesas não recorrentes atingiu R\$ 39 milhões, queda de 64% na comparação com o lucro líquido ajustado de 2013. A queda nos resultados da Companhia foi impactada pelo baixo nível de crescimento orgânico. A receita líquida orgânica apresentou um declínio de 17% se comparada ao ano de 2013. A administração acredita que as iniciativas de redução de custos promoverão, ao longo do crescimento, a melhor qualidade dos serviços prestados ao cliente e o Plano de Redução de Custos promoverão a retomada do crescimento orgânico da Companhia no médio prazo. **Plano de Redução de Custos:** Durante o 1115, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Plano de Redução de Custos com o objetivo de otimizar a linha de despesas operacionais da Companhia, através da identificação de oportunidades de redução de custos e melhoria das margens, sem prejudicar nosso nível de serviço e a governança corporativa da Companhia. As principais frentes do Plano de Redução de Custos são os seguintes: a) revisão da eficiência de nossa força de trabalho para aumentar a produtividade; b) Despesas administrativas, com ações focadas em três iniciativas principais: b.1) renegociação de contratos de locação e cancelamento dos contratos de locação de escritórios sub utilizados; b.2) renegociação de contratos com serviços de terceiros; b.3) redução de despesas com serviços de escritórios sub utilizados; b.4) redução de despesas com serviços de terceirização da área de contabilidade e implementação do novo ERP. Este projeto começou em 2013 e foi concluído durante 1Q15. c) Vendas e Marketing: a interrupção de projetos de marketing não prioritários e redução das despesas de viagem, com o estabelecimento de uma nova política de viagens. **Governança Corporativa:** O modelo de Governança Corporativa da Brasil Insurance aplica-se a todas as sociedades corretoras controladas pela Brasil Insurance. A Companhia baseia a excelência através de seu modelo de governança corporativa, visando fortalecer e criar melhores práticas para o desenvolvimento de suas subsidiárias. A Brasil Insurance é listada no segmento de mais alto nível de governança – Novo Mercado da BVM&FBOVESPA (código: BRIN3). Dentre as práticas de governança recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a Companhia destaca, entre outras ações, as seguintes práticas: (i) capital social composto exclusivamente por ações ordinárias; (ii) tag along de 100%, no caso de alienação de controlador; (iii) adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado; (iv) conselho de administração com no mínimo 5 membros, sendo 60% membros independentes; (v) fluxo de caixa nos 12 meses anteriores à data da reunião; (vi) programa de eventos corporativos divulgado anualmente; O Conselho de Administração da companhia tem como objetivo estabelecer a estratégia dos negócios, eleger a Diretoria, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela Lei e pelo Estatuto Social, sendo composto por três conselheiros independentes e dois conselheiros indicados pelos acionistas controladores, com prazo de mandato de um ano sendo permitida a reeleição. Suas regras de funcionamento estão definidas em seu Regimento Interno. O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, elege, dentre seus membros, um presidente. Vale destacar que nenhum conselheiro integra a Diretoria Executiva da companhia. Durante 2014, o Conselho de Administração aprovou a instalação de dois comitês: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Investimento e de Recursos. O Comitê de Auditoria tem a função de supervisionar a integridade dos controles e procedimentos adotados na Auditoria e a apresentação de seus relatórios financeiros, visando a proteção dos acionistas e stakeholders da Companhia. O Comitê de Auditoria é composto por 3 membros independentes, os quais são definidos pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria interna da Brasil Insurance está subordinada ao Comitê de Auditoria - Comitê de Comunicação. O Comitê de Investimento e de Recursos tem a função de avaliar as oportunidades de investimento e de recursos humanos e financeiros da companhia, além de garantir a adoção das boas práticas de Governança Corporativa. O mesmo é composto por 2 membros do quadro diretivo e 1 membro do Conselho. As boas práticas de Governança Corporativa agregam valor à Companhia, trazendo credibilidade perante seus acionistas, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a continuidade de seus negócios. **Compromisso de capitais:** As ações da Brasil Insurance encerraram 2014 cotadas em R\$ 3,40, uma desvalorização de 81,36% no ano, comparada a uma desvalorização de 2,91% do Ibovespa. No final de 2014 a Companhia possuiu 73% de suas ações em circulação no mercado

(freefloat). Desde o IPO ocorrido em novembro de 2010 até o final de 2014, as ações da Brasil Insurance apresentaram desvalorização de 51,39% (incluindo os dividendos distribuídos), abaixo do índice Ibovespa que apresentou desvalorização de 29,24% no mesmo período. As ações da Companhia foram negociadas em todos os pregões da BVM&FBOVESPA em 2014. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 4,55 milhões e o número de negócios realizados diminuiu, passando de uma média diária de 1.142 negócios em 2013 para 1.052 em 2014. Nossa base de pessoas físicas cresceu 58,34% de 641 investidores para 1.015.



	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	443	5.933	23.559	21.949
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	19.295	70.742	38.903	119.574
Contas a receber (Nota 5)	-	-	44.995	83.276
Impostos a recuperar (Nota 6)	5.528	4.738	7.880	5.800
Instrumentos financeiros - garantias (Nota 7 e 13.1)	-	-	-	28.560
Partes relacionadas (Nota 7)	-	-	3.136	-
Outras contas a receber de terceiros (Nota 7)	-	-	1.383	-
Outros ativos	250	29	4.912	5.401
	25.516	81.442	126.068	264.560
Não circulante				
Instrumentos financeiros - garantias (Nota 7 e 13.1)	-	-	-	5.017
Contas a receber (Nota 5)	-	-	2.828	6.734
Partes relacionadas (Nota 7)	16.957	7.881	17.572	11.024
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	5.659	5.615	-	-
Depósitos judiciais	-	-	929	174
Outros ativos	-	-	473	862
	22.616	13.496	21.802	23.811
Investimentos (Nota 8)	611.886	681.304	-	-
Imobilizado	4.664	805	9.458	5.419
Intangível (Nota 9)	2.326	2.470	567.880	556.162
	618.776	684.579	577.338	561.581
	641.492	698.075	599.140	585.392
	667.008	779.517	725.208	849.952

	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo Circulante				
Financiamentos	-	-	52	78
Fornecedores	252	59	1.887	1.006
Obrigações trabalhistas (10)	5.074	423	13.890	24.919
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 11)	129	681	16.073	27.981
Outras obrigações tributárias	451	229	5.832	8.504
Dividendos a pagar (Nota 14.4)	3.191	-	5.268	1.537
Partes relacionadas (Nota 7)	-	-	32	146
Contas a pagar por aquisição de controladas (Notas 7 e 8)	67.803	87.395	67.803	87.395
Outros passivos	-	-	1.198	890
	76.900	88.697	112.053	133.874
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	-	-	18.511	19.080
Outras obrigações tributárias	-	-	466	769
Provisões para demandas judiciais (Nota 12)	-	-	452	457
Contas a pagar por aquisição de controladas (Notas 7 e 8)	121.311	187.630	121.311	187.630
	121.311	187.630	140.380	207.936
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 14.1)	318.384	318.376	318.384	318.376
Ações em tesouraria	(36.227)	(8.676)	(36.227)	(8.676)
Ágio na emissão de ações	115.822	88.033	115.222	88.033
Reserva de capital	28.935	28.475	28.935	28.475
Reserva de lucro	43.083	38.102	43.083	38.102
Dividendos adicionais propostos	-	-	41.799	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	81	-
	468.797	503.190	468.797	503.190
Participação de acionistas não controladores	-	-	3.636	4.952
Total do patrimônio líquido	468.797	503.190	472.433	508.142
Total do passivo e patrimônio líquido	667.008	779.517	725.208	849.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucro		Lucros acumulados	Dividendos propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Total Brasil Insurance	Participação não controladores	Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de outorga de ações	Reserva legal						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	318.304	(5)	14.404	11.481	98.983	-	-	503.779	2.488	506.267
Emissão de ações nas aquisições de corretoras	41	-	16.215	-	-	-	14.256	14.256	-	14.256
Emissão de ações nas aquisições de corretoras	31	-	12.160	-	-	-	16.760	16.760	-	16.760
Outorga do plano de opções de ações	-	-	-	-	10.775	-	-	10.775	-	10.775
Opções de ações não exercidas	-	-	-	-	(288)	-	-	(288)	-	(288)
Compra de ações	-	(8.671)	-	-	-	-	(8.671)	-	-	(8.671)
Destinação para pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	(79.375)	79.375	-	(79.375)	-
Reversão de provisões para demandas judiciais	-	-	-	-	-	(79.375)	79.375	-	(79.375)	-
Lucro líquido de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(56.259)	56.259	-	(56.259)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	102.071	(102.071)	6.534	108.605	6.534
Reserva legal	-	-	-	5.104	(5.104)	-	-	-	-	-
Destinação para pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	1.091	(1.091)	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(41.799)	41.799	-	-	-
Justo valor de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	81	81	-	81
Dividendos desproporcionais	-	-	-	-	-	-	-	4.564	4.564	4.564
Dividendos intermediários pagos a não controladores	-	-	-	-	-	-	(9.618)	(9.618)	-	(9.618)
Outros ganhos de não controladores	-	-	-	-	-	-	984	984	-	984
Saldo em 31 de dezembro de 2013	318.376	(8.676)	88.033	24.891	16.585	18.517	41.799	503.190	4.952	508.142
Emissão de ações nas aquisições de corretoras	4	-	4.368	-	-	-	4.372	4.372	-	4.372
Emissão de ações nas aquisições de corretoras	4	-	22.821	-	-	-	22.825	22.825	-	22.825
Outorga do plano de opções de ações	-	-	-	-	455	-	455	455	-	455
Opções de ações não exercidas	-	-	-	-	-	-	(28.151)	(28.151)	-	(28.151)
Compra de ações	-	(28.151)	-	-	-	-	(103)	(103)	-	(103)
Destinação para pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	(41.799)	(41.799)	-	(41.799)
Dividendos complementares aprovados pela AGO de 30 de abril	-	-	-	-	-	-	10.602	10.602	-	10.602
Reserva legal	-	-	-	530	(530)	-	-	-	-	-
Destinação para reserva de investimento	-	-	-	-	-	7.554	(7.554)	-	-	-
Destinação para reserva de investimento	-	-	-	-	-	-	(2.518)	(2.518)	-	(2.518)
Destinação para reserva de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.022)	(20.022)
Justo valor de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	81	81	-	81
Dividendos desproporcionais	-	-	-	-	-	-	-	-	4.564	4.564
Dividendos intermediários pagos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.618)	(9.618)
Outros ganhos de não controladores	-	-	-	-	-	-	984	984	-	984
Saldo em 31 de dezembro de 2014	318.384	(8.677)	115.222	25.346	17.115	25.968	468.797	503.190	3.636	472.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais: A Brasil Insurance Participações e Administração S.A. ("Brasil Insurance" ou "Companhia"), com sede social na Alameda Santos, 1.787, São Paulo - SP, Brasil, possui como objetivo a participação em empresas que atuem no mercado de consultoria e administração de seguros. A Companhia foi constituída como uma sociedade anônima, em 15 de março de 2010, por meio de uma permuta das ações por quotas de corretoras ("Sociedades Corretoras"), possuindo ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da BVM&FBOVESPA. Em 31 de dezembro de 2014, a Brasil Insurance possui 52 Sociedades Corretoras (50 em 2013), representadas por 59 empresas limitadas (56 em 2013), com atuação em dez estados brasileiros, que comercializam um amplo portfólio de produtos, entre os quais seguros saúde, seguros odontológicos, seguros de automóveis e de frota, seguros de grandes riscos, seguros garantia, seguros de responsabilidade civil, seguros de riscos de engenharia e seguros de transporte, entre outros, nos setores de gerenciamento, consumo e agronegócio, por exemplo, prestando serviços a clientes pessoais, físicos e jurídicos, como corretoras. A principal das Sociedades Corretoras é a intermediadora de seguros, sendo que suas receitas advêm substancialmente de comissões recebidas de companhias seguradoras e operadoras de planos de saúde pela comercialização de apólices de seguro. Sociedades corretoras de seguros tem relacionamento direto com seus clientes, intermediando a venda de seguros conforme a legislação vigente, não assumindo qualquer risco de sinistralidade associados às apólices intermediadas. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis:** 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Insurance para o exercício social em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em 27 de março de 2015. **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretadas emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ITPC") e orientações ("OITPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Demonstrações financeiras individuais da controladora:** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/75, com alterações e a Lei nº 11.938/07, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicadas às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu o CVM 100, de liberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia são afetadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas respectivas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativa são as provisões para despesas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu o CVM 100, de liberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia são afetadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas respectivas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativa são as provisões para despesas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu o CVM 100, de liberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia são afetadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas respectivas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativa são as provisões para despesas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu o CVM 100, de liberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia são afetadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas respectivas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativa são as provisões para despesas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu o CVM 100, de liberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia são afetadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas respectivas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativa são as provisões para despesas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu o CVM 100, de liberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reconhecendo a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia são afetadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas respectivas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativa são as provisões para despesas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu o CVM 100, de liberação nº 733

data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano, é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substituir o plano cancelado, e este é designado no plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme mencionado anteriormente. 2.2.14. **Outros benefícios a empregados:** Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e as remunerações variáveis, tais como os bônus e os pagamentos baseados em opções. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, à medida que são incorridos. A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada e plano de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego. 2.2.15. **Provisão para demandas judiciais:** Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. 2.2.16. **Ações em tesouraria:** Ações em tesouraria são instrumentos patrimoniais próprios mantidos substancialmente para atendimento ao plano de *stock option* da Companhia. A Companhia mantém um programa de compra de suas ações e, por ocasião das compras, as ações são reconhecidas ao custo e registradas em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. 2.2.17. **Lucro por ação básico e diluído:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível (alocado) aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em aberto durante o período. O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto ao fato de que as ações em circulação são adicionadas ao potencial efetivo de diluição, atribuíveis às opções de compra de ações e os bônus de subscrição de acionistas não controladores, utilizando o preço médio ponderado das ações. 2.2.18. **Demonstração do resultado abrangente:** A Companhia não possui outros resultados abrangentes, além do resultado das variações no valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda no exercício. 2.2.19. **Informações por segmento:** Segimentos operacionais são componentes da Companhia que desenvolvem atividades de negócios das quais pode-se obter receitas e incorrer despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor da entidade, que toma decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informações financeiras individualizadas para cada um. O presidente da Companhia (principal gestor), juntamente com o Conselho de Administração, analisa as operações da Brasil Insurance por Corretora, cujas informações financeiras estão descritas na Nota 7. 2.2.20. **Demonstração do valor adicionado (DVA):** Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Companhia divulga o DVA como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, para além de uma demonstração prevista neste formulário conforme as IFRSs. A demonstração dos valores adicionados foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte a DVA apresenta a riqueza criada pela Sociedade, gerada principalmente por suas receitas, reduzidas dos cancelamentos de receita, insumos e serviços adquiridos, depreciação e amortização. Enquanto que na segunda parte é apresentada a distribuição dessa riqueza em pessoal, impostos, taxas, contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 2.3. **Pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2014 e novos pronunciamentos:** 2.3.1. **Pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2014:** A Companhia revisou a aplicação de determinadas normas, alterações e interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, as quais estão listadas abaixo e que entram obrigatoriamente em vigor para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014: a) **CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento:** As alterações às CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2) foram adotadas pela primeira vez no exercício corrente. As alterações das IFRS 10/CPC 36 (R3) definem uma entidade de investimento e requer que uma entidade que atenda à definição de Entidade de Investimento não consolide suas subsidiárias, mas sim avalie as suas subsidiárias sob seu valor justo com reflexo no resultado do exercício em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas. As alterações não trouxeram impacto para as demonstrações financeiras da Companhia. b) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. c) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. d) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. e) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. f) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. g) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. h) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. i) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. j) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. k) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. l) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. m) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. n) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. o) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. p) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. q) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. r) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. s) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. t) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. u) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. v) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. w) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. x) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. y) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial. z) **CPC 39 - Apresentação de instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou o CPC 39 pela primeira vez no exercício atual. Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. A emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente". A Companhia não possui ativos financeiros e passivos financeiros que se qualificam para a compensação, não houve impactos nas divulgações contantes e o balanço patrimonial.

	2013		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos financeiros com ex-controladores das corretoras				
Fazon (g)	-	-	1.467	-
Secose (a)	-	-	1.381	-
Sebrasil	-	-	111	-
Brasil Insurance	-	-	-	50
Megler	-	-	-	40
AWF	-	-	414	-
	-	-	3.713	90
Mútuos financeiros entre empresas do Grupo (b)				
4K	5.364	-	-	-
AB&M	580	-	-	-
Almac	790	-	-	-
Bi Corretora	290	-	-	-
Âncora	626	-	-	-
AWF	215	-	-	-
	7.811	-	-	-
Outras contas a receber de ex-controladores das corretoras:				
APR (c)	-	-	986	-
Lasry (d)	-	-	122	-
Barrasul (e)	-	-	91	-
Lasry (d)	-	-	4.953	-
	-	-	6.152	-
Outras contas a receber de empresas relacionadas				
Âncora Assessoria (f)	-	-	1.030	-
Outros	306	-	469	56
Total	7.881	-	11.024	146
Circulante	7.881	-	11.024	146
Não circulante	-	-	-	-

Os efeitos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 em relação às transações com partes relacionadas são os seguintes:

	2014	2013
Recetas financeiras - juros	1.626	947
Resultado com instrumentos financeiros - garantias (Nota 16)	1.626	947

(a) Em 2010, a Secose celebrou mútuo financeiro com a Secorse Corretora de Seguros Ltda. ("Secorse"). Em novembro de 2013, a obrigação foi assumida por dois ex-controladores da Secose, com parcelas a vencer até julho de 2016. Os saldos são atualizados com base em 104,5% do CDI. Em março de 2015, o acordo foi aditivado e o vencimento repactuado para novembro de 2015. (b) Mútuos financeiros mantidos entre a controladora e suas subsidiárias, atualizados com base em 104,5% do CDI, com vencimentos das parcelas até fins de junho de 2018. (c) Durante o exercício de 2012, os ex-controladores das corretoras APR, Laport e Barrasul adquiriram carteira de recebíveis das corretoras, com risco de realização e são liquidados de acordo com fluxo de pagamento estabelecidos em contrato, que se estendem até janeiro de 2016. Em março de 2015, o acordo foi aditivado e o vencimento passou repactuado para novembro de 2015. (d) A controladora Lasry mantém contas a receber referentes à garantia financeira concedida pelos antigos controladores, em 30 de setembro de 2011. Os ex-quotistas da corretora decidiram por assinar o acordo em benefício da Brasil Insurance e de todos os seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessas contas a receber era de R\$5.044 (R\$ 4.953 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$1.023 em 31 de dezembro de 2013 foram classificados no ativo circulante e R\$3.921 em contas a receber de terceiros. O contrato possui vencimento em 30 de abril de 2015. Como garantia, as partes relacionadas ofereceram em penhor Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), no montante de R\$3.046. (e) Em razão da rescisão unilateral de um de seus principais contratos, firmado com a Unimed - Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda. ("Contrato Unimed"), a receita da 4K foi negativamente impactada. De modo a preservar a corretora e, consequentemente, a Brasil Insurance e seus acionistas, determinados acionistas da Brasil Insurance ("Garantidores") celebraram com a 4K Instrumento de Penhor de Ações da Brasil Insurance ("Contrato de Garantia"). Os Garantidores ofereceram como garantia o penhor de ações da Brasil Insurance e cotas de fundos de investimento em participações que, em conjunto, equivaliam a 2.000.000 de ações da Companhia. Em 28 de março de 2014, o valor justo do instrumento financeiro sofreu impacto negativo de R\$16.645, devido à redução do valor justo do penhor dado em garantia, reconhecido no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2014. A Companhia renegociou o contrato e em 14 de maio de 2014 foram celebradas confissões de dívida pelos Garantidores no valor integral dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$33.577, a fim de evitar prejuízos financeiros. Como a renegociação, as perdas com valor justo das garantias, registradas em março de 2014, foram integralmente revertidas e o saldo remanescente do contrato, registrado originalmente na rubrica de garantias financeiras, foi reclassificado para contas a receber, sendo R\$2.325 (R\$2.160 em 31 de dezembro de 2013) como contas a receber de terceiros no ativo circulante. A liquidação financeira do acordo se dará com o pagamento de R\$5.877 e R\$4.000, realizados em maio e junho de 2014, respectivamente. R\$4.000 em 20 de dezembro de 2014, R\$2.500 em 20 de maio de 2015 e outros em 10 parcelas semestrais, atualizadas com base na taxa de juros do CDI, sendo a primeira parcela em 10 de julho de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessas contas a receber era de R\$15.044 (R\$ 15.044 em 31 de dezembro de 2013). Outras informações a respeito nas Notas 7 e 8. Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições definidas entre as partes, consideradas pela Administração como estritamente comutativas e equitativas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. Durante o exercício de 2014, a Companhia e os quotistas não controladores das corretoras investidas celebraram Acordos de Quotistas, autorizando a distribuição desproporcional de lucro, calculado com base no desempenho das corretoras com o objetivo de privilegiar a manutenção da liquidez, continuidade operacional e a maximização da rentabilidade das corretoras. Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, foram pagos aos quotistas não controladores, dividendos desproporcionais no montante de R\$14.227 (R\$4.504 em 31 de dezembro de 2013). Outras informações vide Nota 8. Remuneração da Administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração da Administração (incluindo o Conselho de Administração), registrada na rubrica de despesas aprovadas em encargos sociais e benefícios) e "Remuneração baseada em ações" totalizou R\$10.795, sendo R\$5.256 de parcela fixa e R\$5.539 de parcela variável (em 2013 totalizou R\$11.027, sendo R\$2.624 de parcela fixa e R\$8.403 de parcela variável). Em 30 de abril de 2014, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, que aprovou a remuneração global da Administração para o exercício de 2014, no montante total R\$10.800, sendo R\$3.300 ao Conselho de Administração e R\$7.500 à Diretoria. 8. **Investimento:** Os investimentos permanentes em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e sua composição é a seguinte:

	2014	2013
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	68.251	47.937
Ativos e passivos avaliados a valor justo:		
(-) Dividendo mínimo	(1.740)	(1.201)
Seguro de vida	158	67
Contrato de exclusividade	2.802	2.753
Carteira de clientes	42.222	41.848
Acordo de não competição	27.880	27.880
Garantias para pagamentos de demandas judiciais	42.178	37.220
(-) Provisão para demandas judiciais	(42.178)	(37.220)
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.170)	(24.695)
Total	127.071	121.152
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	48.515	468.152
(-) Ajuste por redução do valor recuperável	(4.636)	-
	48.815	468.152
	61.886	681.304

Total do investimento

A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	2014	2013
Saldo inicial do período	681.304	549.318
Aquisição de investimentos no exercício	264	(130)
Aportes de capital em investidas (a)	2.773	165.215
Ativos e passivos adquiridos a valor justo	3.511	12.640
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	21.299	98.162
(105.455)	(77.416)	
Resultado de equivalência patrimonial	26.476	103.319
Pagamento de dividendos desproporcionais a quotistas não controladores das investidas (b)	(14.227)	(4.564)
Ajuste por redução do valor recuperável (c)	(61.886)	-
	618.847	681.304

(a) Inclui aporte de capital na subsidiária BI Corretora, com um integralização de mútuo financeiro que a Companhia manteve em uma subsidiária, no montante de R\$2.473, além de outros R\$300 em dinheiro aportado na constituição da subsidiária B Ribirão, sediada na cidade de Ribeirão Preto, cuja participação societária da Companhia é de 99,98%. Em 30 de setembro de 2014, corretora encontrava-se em fase de pré-contratação. A constituição da subsidiária é parte do plano de expansão das operações no interior do Estado de São Paulo. Os aportes ocorreram ao longo do trimestre findo em 30 de setembro de 2014. (b) A Companhia e os quotistas não controladores das corretoras investidas celebraram Acordos de Quotistas, autorizando a distribuição desproporcional de lucro, calculado com base no desempenho das corretoras com o objetivo de privilegiar a manutenção da liquidez, continuidade operacional e a maximização da rentabilidade das corretoras. Nas demonstrações financeiras individuais as perdas acarretadas por esses pagamentos desproporcionais reduzem os investimentos enquanto que nas demonstrações financeiras consolidadas são classificadas como ganhos de não controladores. As contrapartidas de tais lançamentos são apresentadas como outras perdas com investimento, no grupo de outras despesas (Nota 17). (c) O valor recuperável do investimento (impairment) foi determinado por meio de estudos de mercado de ações de empresas de caixa operantes de organizações financeiras aprovadas pela Administração da Companhia. Em 2014, foi registrado o ajuste de R\$4.636 referentes a redução da geração de caixa esperada para a subsidiária Fazon. As informações dos investimentos por controlada são as seguintes:

	Resultado de equivalência patrimonial 1/1 a 31/12/2014		Investimentos 31/12/2014		Resultado de equivalência patrimonial 1/1 a 31/12/2013		Investimentos 31/12/2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
4K	(10.406)	11.129	4.871	21.535	-	-	-	-
AB&M	(304)	93	(747)	2.193	-	-	-	-
Adavos	814	407	1.017	1.163	-	-	-	-
Almac	957	807	4.617	3.082	-	-	-	-
Âncora	(7.552)	4.373	3.684	11.901	-	-	-	-
André Carasso	383	688	3.208	3.110	-	-	-	-
Aplic	220	407	734	903	-	-	-	-
APR	(9.775)	5.040	3.614	17.765	-	-	-	-
Aral	1178	143	(6)	150	-	-	-	-
AWF	119	179	217	1.892	-	-	-	-
Barrasul	10	511	1.638	1.617	-	-	-	-
Base Brasil	(195)	543	3.948	3.835	-	-	-	-
Ben's	2.556	2.632	(370)	7	-	-	-	-
BI Corretora	(9.728)	(6.991)	(370)	7	-	-	-	-
Bi Ribeirão	(303)	136	-	-	-	-	-	-
BRIB	136	296	-	-	-	-	-	-
Carraro	2.562	2.909	1.486	1.147	-	-	-	-
Classic	3.446	1.719	3.844	4.843	-	-	-	-
Coelho	2.409	3.204	2.010	2.594	-	-	-	-
Correta	793	1.019	1.361	1.102	-	-	-	-
CS3	1.241	1.514	217	262	-	-	-	-
Duraseg	609	3.852	3.748	2.948	-	-	-	-
Economize	2.558	4.810	3.148	4.252	-	-	-	-
Enesa	567	612	1.832	1.381	-	-	-	-
Europa	(13)	(81)	(11)	(68)	-	-	-	-
Fazon	(36)	1.918	5.519	7.538	-	-	-	-
Fidelle	613	658	916	586	-	-	-	-
Fidelle (b)	1.553	1.547	75	223	-	-	-	-
Fran	1.166	869	1.511	902	-	-	-	-
GDE	(151)	577	935	1.078	-	-	-	-

11. Imposto de renda e contribuição social: O resultado de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro presumido	-	-	-	-
Imposto de renda corrente	-	(14.877)	(22.206)	-
Contribuição social corrente	-	(5.246)	(8.592)	-
	-	(20.123)	(30.798)	-

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro real - corrente	-	(3.600)	(217)	(4.274)
Imposto de renda corrente	-	(1.304)	(87)	(1.566)
Contribuição social corrente	-	(4.904)	(306)	(5.840)
	-	(4.904)	(20.429)	(36.638)

Total da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente
Lucro real - diferido
Imposto de renda
Contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	-	(1.553)	691	(1.084)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(2.112)	2.610	(339)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(7.016)	(17.819)	(36.977)

Em 31 de dezembro de 2014, o valor a pagar de imposto de renda e contribuição social da controladora era de R\$129 (R\$581 em 31 de dezembro de 2013), no consolidado o saldo a pagar era de R\$16.073 (R\$27.981 em 31 de dezembro de 2013).
A despesa de imposto de renda e a contribuição social das controladas com base no lucro presumido está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empresas tributadas pelo lucro presumido:				
Alíquota de serviços - liquidações de cancelamentos	-	232.987	264.900	-
Alíquota de 32% sobre prestações de serviços	-	74.556	84.509	-
Rendimentos de aplicações financeiras e outras receitas financeiras	-	3.624	8.876	-
Reversão de valor justo de garantias financeiras	-	(12.440)	-	-
Base de cálculo	-	65.740	93.385	-
Alíquota de 15% para IRPJ e 9% de CSLL	-	(15.778)	(22.412)	-
Adicional de IRPJ - alíquota de 10% (*)	-	(4.345)	(8.386)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(20.123)	(30.798)	-

(*) Adicional apurado individualmente sobre o montante de base de cálculo excedente a R\$240 ao ano, para cada corretora, conforme legislação do imposto de renda.
A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva, calculada com base no lucro real, está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	-	10.602	109.087	-
Despesa pela alíquota nominal - 34%	-	(3.605)	(37.090)	-
Itens de conciliação para determinação da alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	-	9.002	35.128	-
Valor justo de contas a pagar por aquisição de corretora	-	14.389	-	-
Remuneração baseada em ações	-	(155)	(3.568)	-
Despesas com ajuste ao valor recuperável - software e água	-	(1.815)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos (*)	-	(18.016)	-	-
Outras adições	-	200	(1.486)	-
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social do período	-	(7.016)	-	-

Alíquota efetiva
Imposto de renda diferido apurado sobre a parcela do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, não reconhecidos no período por não satisfazer integralmente as condições para o seu registro, conforme estabelecidas pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro. O imposto de renda e a contribuição social apurados e pagos pela Companhia, assim como as respectivas declarações de imposto de renda e registros contábeis, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais por passivos prescritivos. Após estes prazos, os mesmos não estão mais sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a posição líquida do ativo (passivo) fiscal diferido é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	5.659	5.659	5.659	5.659
Ativos intangíveis e passivos assumidos em combinação de negócio (*)	-	(24.170)	(24.695)	-
Diferenças temporárias - valor justo de títulos e valores mobiliários	-	(44)	-	(44)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	5.659	5.615	(18.511)	(19.080)

(*) Imposto diferido apurado com base em alocação de ativos intangíveis e passivos assumidos na aquisição das corretoras, registrados em contrapartida ao que o grupo determina o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.
A estimativa da Administração da compensação dos créditos fiscais diferidos ativos está demonstrada abaixo:

Ano	Valores	
	2014	2013
2019	200	-
2020	834	-
2021	1.235	-
2022	1.700	-
2023	1.197	-
2024	5.659	-
Total	11.975	-

Em 31 de dezembro de 2014, a Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social que totalizava R\$ 69.629, incluindo a parcela de R\$52.988 cujos efeitos tributários não foram reconhecidos (R\$16.641 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, na extensão que é provável que o lucro tributável seja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias, com base nas premissas e condições estabelecidas no âmbito de negócios da Companhia. O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização de acordo, ou parcial se for constituído o crédito integral, a fim de ajustar a provisão para perdas, caso necessário, para manter esses ativos ao valor de realização esperado. Lei 12.973/2014 (MP 627/13): Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que não há incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago tais lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014. Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos e da avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. Como a Lei 12.973 aplica-se a partir de 1º de janeiro de 2015, a Administração da Companhia, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente de tal lei, elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação antecipada das disposições da mesma e optou pela não antecipação, manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos a partir do mês de dezembro de 2014. Dessa forma, o assunto não trouxe efeitos significativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013. **12. Provisões para demandas judiciais e compromissos:** A Companhia e suas controladas são partes integrantes em processos judiciais de natureza tributária, civil, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir perdas estimadas com as pendências em curso.

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Causas Tributárias	21.246	18.832
Causas Trabalhistas	21.162	18.617
Causas Cíveis	42.630	37.276
Total	(42.178)	(37.219)

	Causas Tributárias		Causas Trabalhistas/Previdenciário		Causas Cíveis		Total
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo em 31/12/2012	17.659	14.708	227	32.367	-	-	50.654
Adições (a)	18.832	18.617	227	37.672	-	-	85.748
Constituições (b)	2.414	2.545	-	4.959	-	-	9.918
(c) Pagamentos	-	-	(5)	-	-	-	(5)
Saldo em 31/12/2014	21.246	21.162	222	42.630	-	-	64.158

(a) Referem-se a ativos indenizáveis definidos contratualmente na aquisição das corretoras do grupo, com valores correspondentes às provisões para demandas judiciais apuradas nas combinações de negócios. Como garantia dos pagamentos foram oferecidas ações da própria Brasil Insurance, de propriedade dos ex-controladores das corretoras, transferidas como contraprestação da aquisição. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem outros processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, estimados pelos assessores jurídicos da Companhia em R\$16.228 (sendo R\$5.497 de ações cíveis, R\$5.638 de ações tributárias e R\$7.093 de ações trabalhistas). Em 31 de dezembro de 2013, os processos possíveis eram estimados em R\$7.593 (sendo R\$1.520 de ações cíveis, R\$1.664 de ações tributárias e R\$4.409 de ações trabalhistas). **Garantias para pagamento de contingências - penhor de ações:** Em 31 de dezembro de 2014, do total de provisão para demandas judiciais, R\$42.178 referem-se a demandas por assuntos surgidos em períodos anteriores às aquisições das corretoras. Para esses processos há penhor de ações, da própria Brasil Insurance, oferecidos pelos antigos sócios das corretoras. A penhora é suficiente para cobrir a provisão. **Compromissos - contratos de aluguel:** A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel para 44 imóveis onde se situam suas instalações, sendo o custo médio anual de R\$6.313, reajustado principalmente pela variação da IGP-M/FGV. Os prazos de locação variam entre um e cinco anos e os contratos preveem multa no caso de rescisão que correspondem ao valor máximo de três meses de aluguel ou proporcional ao tempo de término de contrato. **13. Instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas efetuam avaliação de seus ativos e passivos financeiros em mercados de valores de mercado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada e regularmente monitorada pela Companhia, a qual busca identificar e avaliar os principais riscos para proteger a Companhia contra eventuais perdas financeiras. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos seguintes fatores de riscos: a) **Gestão do capital social:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos e retorno de capital aos acionistas entre outros. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de contas a pagar (incluindo as parcelas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os índices de alavancagem financeira consolidados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão demonstrados a seguir:

	2014		2013	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivos financeiros	52	-	78	-
Financiamentos	1.887	-	1.006	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	32	-	146	-
Obrigações com aquisições de controladas	69.686	125.613	87.395	187.630

(b) **Riscos de crédito:** A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a títulos e valores mobiliários, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de contas a pagar (incluindo as parcelas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os índices de alavancagem financeira consolidados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Passivos financeiros	52	-
Financiamentos	1.887	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	32	-
Obrigações com aquisições de controladas	69.686	125.613

(c) **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a títulos e valores mobiliários, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de contas a pagar (incluindo as parcelas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os índices de alavancagem financeira consolidados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão demonstrados a seguir:

	2014		2013	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	10.602	102.071	-	-
Constituição de reservas legal	(530)	(5.104)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	10.072	96.967	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%) - Companhia	2.518	24.241	-	-
Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório do exercício de 2013 - <i>ad referendum</i> pela AGO	-	-	73.818	-
Total de propostos no exercício	2.518	98.059	-	-
Dividendos intermediários pagos	-	(56.260)	-	-
Dividendos declarados (*)	-	(41.799)	-	-
	2.518	-	-	-

sificar a aplicação de recursos em termos de pós-fixadas. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4. **Análise de sensibilidade:** Para 31 de dezembro de 2014, a Administração preparou uma análise de sensibilidade considerando a variação de juros dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar perdas materiais para a Companhia. Esta análise foi efetuada com base nas diretrizes da Instrução CVM nº 475/08. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente às variações da taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário e títulos de renda fixa, lastreadas em debêntures, contratadas em reais. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras às quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2014, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses através de informações disponíveis no mercado à época do encerramento destas demonstrações financeiras, cuja média foi de 11,47% e este definido como cenário provável; a partir desta taxa, foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Essa análise foi efetuada com base nas diretrizes da Instrução CVM nº 475/08. A exposição da Companhia ao risco de liquidez está demonstrada a seguir:

Operação	Risco	Cenário provável		Cenário 25% -stress		Cenário 50% -stress	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
Redução do rendimento das aplicações financeiras em 12 meses (*)	CDI	11.800	11.700	(3.400)	-	-	-
Aumento do rendimento das aplicações financeiras em 12 meses (*)	CDI	11.800	1.700	3.400	-	-	-

(*) No Consolidado, em 31 de dezembro de 2014, a soma das aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$59.288 (R\$133.540 em 31 de dezembro de 2013). **13.1. Mensuração do valor justo:** Os valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados. O valor justo das contas a receber e dos créditos/débitos com partes relacionadas se aproximam de seu respectivo valor contábil, em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Os valores contábeis e justos dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	443	-	443	443
Títulos e valores mobiliários	16.957	-	16.957	16.957
Partes relacionadas - ativo	252	-	252	252
Fornecedores	-	189.114	-	189.114
Contas a pagar por aquisição de corretoras	-	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	23.559	-	23.559	23.559
Títulos e valores mobiliários	41.730	-	38.903	38.903
Contas a receber	17.049	-	17.049	17.049
Partes relacionadas	3.136	-	3.136	3.136
Outras contas a receber com terceiros	52	-	52	52
Financiamentos	1.887	-	1.887	1.887
Fornecedores	-	189.114	-	189.114
Contas a pagar por aquisição de corretoras	-	-	-	-

Os valores contábeis e justos dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	5.933	-	5.933	5.933
Títulos e valores mobiliários	70.742	-	70.742	70.742
Partes relacionadas	7.881	-	7.881	7.881
Fornecedores	69	-	69	69
Contas a pagar por aquisição de corretoras	-	275.025	-	275.025

Hierarquia de valor justo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e **Nível 3:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2014, o nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros são como segue:

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	21.949	-	21.949
Títulos e valores mobiliários	-	119.574	119.574
Contas a receber de clientes	90.010	-	90.010
Instrumentos financeiros - garantias	-	33.577	33.577
Partes relacionadas	11.024	-	11.024
Outros ativos	6.263	-	6.263
Fornecedores	1.006	-	1.006
Contas a pagar por aquisição de corretoras	-	275.025	275.025

Contas a pagar por aquisição
(257.224)
(111.570)
Pagamentos
66.552
27.217
Saldo em 31 de dezembro de 2013
(275.025)
Obrigações assumidas por novas aquisições (Nota 8)
(25.535)
Pagamentos
72.610
40.280
Atualizações e outros
(1.444)
Saldo em 31 de dezembro de 2014
(189.114)

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não possuem quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos. **14. Patrimônio líquido:** **14.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado é de R\$518.384, excluídos os custos com emissão de ações no montante de R\$ 30.544 (R\$318.376 em 31 de dezembro de 2013), representado por 98.573.713 ações ordinárias (98.312.688 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013), sendo 6.203.354 mantidas em tesouraria (3.933.240 em 31 de dezembro de 2013), nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

||
||
||